



# SERVIÇOS FINANCEIROS

## TRACKER



# GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

GNPJ nº 49.937.055/0001-11

## Relatório da Administração

### Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram

adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

São Paulo, 18 de março de 2021  
A Administração

## Balanços Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>242.447</b>	<b>677.633</b>
Disponibilidades	4	1.810	846
Instrumentos Financeiros	5	229.294	674.200
Títulos e Valores Mobiliários		229.294	674.200
<b>Outros Ativos</b>		<b>11.343</b>	<b>2.586</b>
Diversos	6	11.343	2.586
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>646.795</b>	<b>132.563</b>
Instrumentos Financeiros	5	554.409	61.886
Títulos e Valores Mobiliários		554.409	61.886
<b>Créditos Tributários</b>		<b>59.005</b>	<b>59.030</b>
Outros Ativos	6	33.381	11.647
Diversos	6	33.381	11.647
<b>Total do Ativo</b>		<b>889.242</b>	<b>810.196</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>309.507</b>	<b>246.094</b>
Provisões	8	74.680	54.604
<b>Outras obrigações</b>		<b>234.827</b>	<b>191.490</b>
Fiscais e previdenciárias	9	4.741	4.348
Recursos não procurados	8	228.636	185.813
Diversas	8	1.450	1.329
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>14.311</b>	<b>17.366</b>
Provisões	8	3.427	2.673
<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>		<b>10.884</b>	<b>13.681</b>
Fiscais e previdenciárias	9	10.884	9.346
Diversas	8	-	4.335
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>565.424</b>	<b>546.736</b>
Capital social	11	543.132	525.916
De domiciliados no país		543.132	525.916
<b>Reservas de Lucros</b>		<b>22.292</b>	<b>20.820</b>
Total do Passivo		<b>889.242</b>	<b>810.196</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Legal	Outras
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>474.654</b>	<b>2.698</b>	<b>51.262</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Reserva Legal	-	906	-
Reserva de lucros	-	-	17.216
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 14 de junho de 2019 (nota 11)	51.262	-	(51.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>525.916</b>	<b>3.604</b>	<b>17.216</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Reserva Legal	-	934	-
Reserva de lucros	-	-	17.754
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 29 de Junho 2020 (nota 11)	17.216	-	(17.216)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>543.132</b>	<b>4.538</b>	<b>17.754</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>543.132</b>	<b>5.044</b>	<b>27.357</b>
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-
Reserva Legal	-	(506)	-
Reserva de lucros	-	-	(9.603)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>543.132</b>	<b>4.538</b>	<b>17.754</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Capital	-	-
Legal	18.122	18.122
Outras	(906)	-
	(17.216)	-
	-	-
	-	-
	18.688	18.688
	(934)	-
	(17.754)	-
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
	565.424	565.424
	(575.533)	-
	(10.109)	-
	9.603	-
	-	-
	-	-
	565.424	565.424

## Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2020	2019
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.018.405</b>	<b>1.109.552</b>
Depósitos bancários	4.055	3.033
Instrumentos Financeiros (nota 5c)	408.675	541.455
<b>Outros créditos</b>	<b>605.675</b>	<b>565.064</b>
Direitos com consorciados contemplados	605.675	565.064
Normais	599.267	553.749
Em atraso	5.512	10.258
Em Cobrança Judicial	896	1.057
<b>Compensação</b>	<b>6.583.801</b>	<b>5.133.401</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	50.310	51.883
Contribuições devidas ao grupo	3.462.106	2.707.139
Valor dos bens a contemplar	3.071.385	2.374.379
<b>Total do Ativo</b>	<b>7.602.206</b>	<b>6.242.953</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	2020	2019
<b>2020</b>	<b>1.018.405</b>	<b>1.109.552</b>
<b>2019</b>	<b>1.018.405</b>	<b>1.109.552</b>
<b>Obrigações diversas</b>	<b>363.056</b>	<b>335.490</b>
Obrigações com consorciados	3.110	1.887
Valores a repassar	321.164	334.490
Obrigações por contemplados a entregar	86	130
Obrigações com a Administradora	253.952	350.281
Recursos a devolver a consorciados	77.037	87.274
Recursos dos grupos	<b>6.583.801</b>	<b>5.133.401</b>
<b>Compensação</b>	<b>50.310</b>	<b>51.883</b>
Recursos mensais a receber de consorciados	3.462.106	2.707.139
Obrigações do grupo por contribuição	3.071.385	2.374.379
Bens a contemplar - valor	<b>7.602.206</b>	<b>6.242.953</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>7.602.206</b>	<b>6.242.953</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

### 2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 18 de março de 2021.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

- Administradora
- Resultado das operações
- A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcios. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
- Caixa e equivalentes de caixa
- Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.
- Instrumentos Financeiros
- Títulos e valores mobiliários
- Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
- Ativos circulante e realizável a longo prazo
- Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.
- Redução ao valor recuperável dos ativos
- É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Passivos circulante e exigível a longo prazo
- Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".
- Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente precisão.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

### h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

### i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09 e CMN nº4.636/18, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

### 3.2. Grupos de consórcio

- Instrumentos Financeiros
- Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.
- Direitos dos consorciados contemplados
- Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.
- Previsão mensal de recursos a receber de consorciados
- Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.
- Contribuições devidas ao grupo
- Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.
- Valor dos bens a contemplar
- Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.
- Obrigações com consorciados
- Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.
- Valores a repassar
- Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.
- Obrigações por contemplados a entregar
- Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.
- Recursos a devolver a consorciados
- Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.
- Recursos do grupo
- São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.
- Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro. A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2020	2019
Quantidade de grupos administrados	273	379
Quantidade de consorciados ativos	109.445	123.896
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	188.328	210.078
Quantidade de bens entregues no exercício	7.964	6.979
Quantidade de bens pendentes de entrega	5.491	6.173
Taxa de inadimplência	14,46%	15,55%

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2020	2019
Disponibilidades	1.810	846

### 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	ADM	Grupos		
	2020	2019	2020	2019
Certificados de Depósito Bancário - CDBs:				
Banco GM S.A. - CDB Pré Fixado (a)	555.017	550.184	-	-
Fundos de Investimentos DI	228.686	185.902	-	-
Quotas de fundos de investimento:				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	408.675	541.455
Total	783.703	736.086	408.675	541.455

- São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até Maio de 2024, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixadas, variáveis entre 3,21% (aplicação pactuada em Agosto 2020) e 6,67% (aplicação pactuada em Maio 2020). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$49.212 (R\$67.073 em 2019), conforme nota 17 d.
- São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento. O resultado do Fundo de Investimento DI foi de R\$4.145 (R\$7.954 em 2019).

São Paulo, 18 de março de 2021  
A Administração

## Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por lote de mil cotas)

	Nota	2º Semestre 2020	2020	2019
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>18.638</b>	<b>53.357</b>	<b>75.027</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	18.638	53.357	75.027
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>18.638</b>	<b>53.357</b>	<b>75.027</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(34.169)</b>	<b>(24.997)</b>	<b>(47.376)</b>
Receitas de prestação de serviços	12	127.660	234.270	183.657
Outras despesas administrativas	13	(141.267)	(228.638)	(194.116)
Despesas tributárias	16	(18.724)	(35.290)	(30.097)
Outras receitas operacionais	14	1.780	13.111	6.926
Outras despesas operacionais	15	(3.618)	(8.450)	(13.746)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(15.531)</b>	<b>28.360</b>	<b>27.651</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>(153)</b>	<b>(431)</b>	<b>(643)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>(15.684)</b>	<b>27.929</b>	<b>27.008</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	7a	<b>5.575</b>	<b>(9.241)</b>	<b>(8.886)</b>
Provisão para imposto de renda	7b	156	(6.602)	(8.136)
Provisão para contribuição social	7b	(74)	(2.511)	(3.100)
Ativo fiscal diferido	7c	5.493	(128)	2.350
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	11	<b>(10.109)</b>	<b>18.688</b>	<b>18.122</b>
Lucro Líquido por Ação Cotas - 543.132.650		<b>(0,02)</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>18.688</b>	<b>18.122</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>18.688</b>	<b>18.122</b>
Atribuído a Controladora	18.687,75	18.121,86
Atribuído aos Não Controladores	0,07	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
E 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre /2020	2020	2019
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>(33.108)</b>	<b>(27.128)</b>	<b>(45.460)</b>
Lucro ajustado		(10.109)	18.688	18.122
Lucro líquido		(22.999)	(45.816)	(63.480)
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>1.363</b>	<b>2.651</b>	<b>3.271</b>
Provisões e obrigações legais	10b	1.363	2.651	3.271
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(149)	(4.351)	(610)
Impostos diferidos e créditos tributários	7e	(5.493)	128	(2.350)
Provisões para imposto de renda e contribuição social corrente	7b	(82)	9.113	11.236
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	(18.		



# SERVIÇOS FINANCEIROS



## GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

## S10 LTZ

continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	2º semestre/2020		2º semestre/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IR e CS correntes devidos no exercício	(6.602)	(2.511)	(8.136)	(3.100)
<b>Contribuição/realização de impostos diferidos:</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(2.990)	(1.076)	(3.690)	(1.328)
Provisão para riscos fiscais	57	21	116	41
Provisão para cíveis e trabalhistas	157	57	(127)	(46)
Provisões para comissões	2.758	991	5.551	1.998
<b>Realização/constituição de passivo fiscal diferido:</b>				
Correção de depósitos judiciais	(76)	(27)	(122)	(43)
	(6.696)	(2.545)	(6.408)	(2.478)
<b>Total</b>	<b>(9.241)</b>		<b>(8.886)</b>	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	23.425	8.483	26.415	9.559
Adições temporárias:				
Provisões para riscos fiscais (nota 9)	2.691	969	2.634	948
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	1.155	416	998	359
Provisões para comissões (nota 8)	16.079	5.787	13.321	4.796
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>59.005</b>		<b>59.030</b>	

d) Realização/Valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020:

Ano	IR		CSLL		Valor contábil		Valor presente*	
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total	Total	Total
2021	16.468	7.742	5.928	2.787	32.925	32.150		
2022	2.826	1.576	1.017	567	5.986	5.645		
2023	150	3.796	54	1.367	5.367	4.778		
2024	169	6.129	61	2.206	8.565	7.136		
2025	312	4.182	112	1.556	6.162	4.778		
<b>Total</b>	<b>19.925</b>	<b>23.425</b>	<b>7.172</b>	<b>8.483</b>	<b>59.005</b>	<b>54.487</b>		

(\* O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 54.487 em 31 de dezembro de 2020.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Constituições		
	31/12/2019 (Realizações)	Líquidas 31/12/2020	
<b>Créditos tributários:</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Impostos para riscos fiscais	3.582	78	3.660
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	1.357	214	1.571
Provisões para comissões	18.117	3.749	21.866
Outras adições temporárias	-	-	-
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>23.056</u>	<u>4.041</u>	<u>27.097</u>
Créditos de prejuízo fiscal	26.415	(2.990)	23.425
Créditos de base negativa de contribuição social	9.559	(1.076)	8.483
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	<u>35.974</u>	<u>(4.066)</u>	<u>31.908</u>
<b>Total de créditos tributários (nota 6)</b>	<b>59.030</b>	<b>(25)</b>	<b>59.005</b>
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(1.012)	(103)	(1.115)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias (nota 9)	<u>(1.012)</u>	<u>(103)</u>	<u>(1.115)</u>
<b>Líquido</b>	<b>58.018</b>	<b>(128)</b>	<b>57.890</b>

### 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	2020	2019
	Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	228.636
Provisão para comissões	64.314	53.284
Provisão para riscos cíveis (nota 10a)	3.840	3.239
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	782	754
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	1.450	1.329
Outros	9.171	4.335
Total	<u>308.193</u>	<u>248.754</u>
Passivo circulante	304.766	245.608
Exigível em longo prazo	3.427	3.146

a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$ 125.663 (R\$85.089 em 2019) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.

### 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	2020	2019
	Provisão para impostos sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL	
Provisão para riscos fiscais	10.764	10.535
Provisão para passivo fiscal diferido sobre atualização monetária dos depósitos judiciais (a)	1.115	1.012
Impostos e contribuições a recolher (b)	3.746	3.065
Total	<u>15.625</u>	<u>14.706</u>
Passivo circulante	4.741	4.348
Exigível em longo prazo	10.884	10.358

a) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

b) Referem-se basicamente aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$3.375 (R\$2.850 em 2019) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$372 (R\$215 em 2019).

### 10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	2020	2019
	Obrigações legais tributárias:	
Programa de Integração Social - PIS	10.764	10.535
Total da provisão para obrigações legais	10.764	10.535
Provisão para riscos cíveis	3.840	3.239
Provisão para riscos trabalhistas	782	754
Total	<u>15.386</u>	<u>14.528</u>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.535	754	3.239
Constituição/(Reversões) líquida do exercício	229	68	2.354	2.651
Pagamentos (-)	-	(40)	(1.753)	(1.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>10.764</u>	<u>782</u>	<u>3.840</u>	<u>15.386</u>
Depósitos em garantia (nota 6b)	<u>10.767</u>	<u>767</u>	<u>2.004</u>	<u>13.538</u>

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2020		2019	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
<b>Causas Possíveis</b>				
Cíveis	390	2.916	359	2.526
Trabalhistas	2	128	2	128
Fiscais	9	2.142	10	104
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>5.186</b>	<b>371</b>	<b>2.758</b>

#### Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

• PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 770 (PIS-reqüie), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento).

• A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$7.704 até a data da publicação.

#### Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação

#### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 543.132 cotas sem valor nominal, no montante de R\$543.132 em 31 de dezembro de 2020 (525.916 cotas sem valor nominal, no montante de R\$525.916 em 31 de dezembro de 2019).

Em 29 de junho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$17.216 que foi homologado pelo Banco Central em 29 de julho de 2020, com emissão de 17.216.140 novas ações.

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$18.688 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$18.122 em 2019), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

### 12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	2020	2019
Receitas de prestação de serviços	234.270	183.657

### 13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Despesa de rateio com folha de pagamento (a) (nota 17d)	14.151	13.038
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio	186.646	153.357
Serviços técnicos especializados	4.483	5.736
Sistema de comunicação	2.283	2.224
Sistema de processamento de dados	9.445	2.992
Despesas com comunicação	5.409	5.003
Despesas com propaganda e publicidade	2.908	2.824
Outras	3.313	8.942
<b>Total</b>	<b>228.638</b>	<b>194.116</b>

a) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento realizada para o Banco GM S.A.

### 14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	4.351	610
Receita de multa e juros	2.893	3.303
Recuperação de Despesas Operacionais	5.400	775
Reversão de Contingências Cíveis e Trabalhistas	422	1.719
Outras (a)	45	519
<b>Total</b>	<b>13.111</b>	<b>6.926</b>

a) Refere-se substancialmente à recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas.

### 15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Variação monetária e juros passivos (a)	4.401	8.025
Atualização da provisão para riscos fiscais	230	463
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.093	1.463
Pagamento de Indenizações Cíveis e Trabalhistas	2.112	2.911
Outras	614	884
<b>Total</b>	<b>8.450</b>	<b>13.746</b>

a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

### 16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
ISS	11.859	9.348
PIS	4.077	3.552
COFINS	19.346	17.148
IOF	4	-
OUTROS	4	49
<b>Total</b>	<b>35.290</b>	<b>30.097</b>

### 17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de curto prazo

	2020	2019
Remuneração fixa	270	293
Remuneração variável	136	180
Outros benefícios	-	54
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>527</b>

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são resumidos como segue:

	CONTROLADORA:		Banco GM S.A.:	
	Ativo(Passivo)	Receita(despesa)	2020	2019
Banco GM S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	555.017	550.184	49.212	67.073
Outras obrigações - diversas (nota 8)	(1.450)	(1.329)	-	-
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(14.151)	(13.038)

### 18. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Departamento de Riscos Corporativos - foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disso, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement - RAAS*), suprimindo e reportando ao CRO;

(ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (*KRIs*), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

(vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

(vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAAS;

(viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falta em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

(ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles afetados. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos, que envolve a identificação de eventos ou riscos específicos relevantes para a Chevrolet Serviços Financeiros e sua avaliação em termos de probabilidade e magnitude do impacto.